

Galvêas vê em Cartagena continuidade do protesto

A reunião de Cartagena, é a continuidade do movimento de protesto e adversidade contra o protecionismo dos países industrializados e a escalada dos juros internacionais. Em setembro, o Brasil participa de nova etapa de discussão sobre a dívida externa, no âmbito do FMI e Banco Mundial, e, em novembro ou dezembro, enfim, o país volta a negociar com os bancos privados.

Na negociação com os bancos credores, o Brasil vai propor que se estendam a empréstimos privados alguns conceitos já existentes em renegociações oficiais, como com o Clube de Paris. Isso significa que o Brasil tentará explorar novas alternativas, dentre elas a capitalização dos juros em substituição ao processo de captação de dinheiro novo no mercado, anualmente, justamente para pagar os juros.

Essas informações foram prestadas pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que admitiu que 85% dos juros poderiam ser capitalizados. Ele foi enfático em ressaltar que essa capitalização apenas substitui a corrida por dinheiro novo, sendo, portanto, bem diferente da proposta do ex-presidente do Banco Central, Paulo Lyra, pela qual o País suspenderia o pagamento de juros por cinco anos, capitalizando-os. Essa proposta, na visão de Galvêas, significa confronto com o sistema financeiro e não é isso o que o Brasil deseja.

A vantagem da capitalização de juros, ao invés da captação de dinheiro novo, segundo Galvêas, é que evita o desgaste de as autoridades brasileiras ficarem correndo o mundo para fechar o "jumbo". Para exemplificar, lembrou que a proposta teria evitado o que ocorreu no caso da captação de US\$ 6,5 bilhões de recursos novos para este ano,

quando 90% do dinheiro foram conseguidos em 15 dias, e os 10% restante em três arrastados meses.

A delegação brasileira viajou ontem à tarde para Cartagena; chefiada pelos ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, e das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro. Seguiram ainda o assessor internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, e o porta-voz do Itamaraty, Bernardo Pericás, na condição de delegados. Já se encontram em Cartagena o embaixador Roberto Abdenur, assessor econômico, e o ministro Pedro Paulo Pinto Assunção, chefe da Divisão de Assuntos Financeiros, ambos do Itamaraty, e o chefe da área externa do BC, José Madeira Serrano, como assessores e integrantes da reunião preparatória que teve início terça-feira.

O ministro Ernane Galvêas explicou que, em Cartagena, o Brasil vai insistir basicamente nos seguintes pontos: redução de taxas de juros, maior volume de recursos para os organismos multilaterais, cujo papel cresce em importância, liberação do comércio, eliminando-se barreiras e facilitando o aumento das exportações dos países em desenvolvimento, e garantia do fluxo de capitais para os devedores.

O ministro assinalou que a reunião de Cartagena manifesta a inconformidade com os acontecimentos na área internacional e que acredita que ela poderá sensibilizar as autoridades dos EUA e dos países industrializados para quem coadunem sua política econômica interna aos interesses dos demais países. Segundo Galvêas, evidentemente deve ser divulgado, ao final da reunião, um documento dos devedores, mas afastando qualquer posição relacionada a moratória ou cartel de devedores.